# opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

## Ameaça tarifária

A decisão dos Estados Unidos de aplicar uma tarifa adicional de 50% sobre produtos brasileiros acendeu um sinal de alerta no agronegócio do Rio Grande do Sul. Levantamento da Farsul mostra que o agronegócio brasileiro movimentou cerca de US\$ 12 bilhões para os EUA em 2024 (Jornal do Comércio, 11/07/2025). Vendam para o povo brasileiro no lugar de colocar carne fora. Pagamos caro pelas piores peças, enquanto o melhor é vendido para fora. Quem trabalha, quem faz o País andar, fica apenas com o resto. (André Vidor)



#### **HPS**

O Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre (HPS) precisa angariar RS 140 milhões para dar seguência à expansão (JC, 09/07/2025). É lamentável que as autoridades não enxerguem o HPS como um patrimônio salvador dos gaúchos, um centro de pesquisas de urgência extraordinário e fonte de estudos para os jovens residentes médicos. O HPS precisa de acolhimento, renovação e amparo de todos. (Jorge Alberto Silva dos Santos)

#### HPS II

A sociedade deve muito ao Pronto Socorro. É hora de devolver para o hospital que, na emergência, salva vidas e nada cobra. O HPS salvou muitas pessoas no passado e vai continuar salvando no futuro, mas para isso temos que ajudar. (Toninho Saraiva)

## Câmara de Vereadores

Um projeto em discussão na Câmara de Vereadores de Porto Alegre busca permitir que os vereadores se licenciem para assumir, como suplentes, mandatos no Legislativo estadual ou federal (JC, 10/07/2025). Se a Constituição Federal proíbe, não há o que debater. (Carlos Medina)

### TDAH

Fatores genéticos e ambientais influenciam no diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, o TDAH (JC, 11/07/2025). São feitos estudos para delimitar o que é normal em uma pessoa. E com resultado desses estudos, chegaram a um ser humano classificado como "normal", coisa que ninguém é. Logo, todos temos um grau de TDAH. (Mauricio Dutra)

## Mobilidade

Lorena Hakak, doutora em economia e professora da FGV, falou sobre o tema Mobilidade, insegurança e acesso à universidade na coluna Opinião Econômica (JC, 28/05/2025). Desde o mandato anterior do atual prefeito de Porto Alegre, a oferta de linhas de ônibus que atendem o Campus do Vale da Ufrgs compromete o funcionamento dos cursos noturnos na universidade. Houve extinção de uma linha e as demais tiveram suas frequências diminuídas. (Anderson Zalewski Vargas)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaco. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

# Qual caminho escolheu o governo Lula?

Ouando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições de 2022, uma de suas principais promessas era a de pacificar o Brasil. Com o slogan "União e Reconstrução", o governo se comprometia a encerrar um ciclo de divisão e antagonismos que marcou os anos anteriores. No entanto, passados dois anos e meio de mandato, a prática tem se distanciado perigosamente do discurso.

O que se observa é uma continuação da polarização, agora sob um novo formato. A divisão lulistas x bolsonaristas permanece intacta, e à medida que os desafios fiscais aumentam, o governo parece adotar uma nova estratégia: colocar brasileiros contra brasileiros. A tentativa de aumentar impostos - em um momento em que a arrecadacão já é recorde - reforca essa aposta na divisão. Empresários contra trabalhadores, ricos contra pobres, setor produtivo contra setor público. É uma retórica perigosa e profundamente danosa para o país.

A raiz do problema é clara: o governo não trata a responsabilidade fiscal com a seriedade que merece. Enquanto a arrecadação cresce em níveis históricos, os gastos aumentam em ritmo ainda mais acelerado. O ajuste que deveria ser feito pela despesa está sendo empurrado para a receita, às custas do bolso do contribuinte.

Nesse ponto, vale lembrar o exemplo do Rio Grande do Sul. O então governador Eduardo Leite,

com coragem e responsabilidade, enfrentou corporações e interesses organizados para enxugar a máquina pública. Até 2020, os gaúchos pagavam 30% de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicação. Hoje, o estado ostenta a menor alíquota do país. Isso beneficia a todos - pobres, classe média e ricos - e demonstra que é possível fazer ajuste fiscal com foco na despesa, e não com aumento de impostos.

O Brasil já rejeitou o discurso da divisão ao não reeleger Bolsonaro. Votou por união. Mas Lula, como mostram as pesquisas com seus altos índices de reprovação, está colhendo o que plantou. Ao dobrar a aposta na retórica conflitiva, joga brasileiros contra brasileiros, enfraquece o

O governo não trata a responsabilidade fiscal com a seriedade que merece

tecido social e coloca em risco a governabilidade.

Se a promessa era união, o momento exige coerência. O Brasil precisa de liderança que una, não que divida. Que ajuste o Estado pela responsabilidade, não pelo peso tributário. E que construa um futuro que sirva a todos, e não apenas a um lado da narrativa.

Presidente do Podemos RS

# Brasil é exemplo no controle da gripe aviária

**Deniz Anziliero** 

O Brasil mostrou ao mundo a sua capacidade de gestão sanitária ao anunciar neste mês que somos um país livre de influenza aviária. Enquanto países como os EUA enfrentam uma crise sem precedentes, com mais de 170 milhões de aves abatidas nos últimos três anos, nos consolidamos como referência global no combate à doença.

O vírus continuará circulando na fauna silvestre, e novos focos podem surgir em granjas comerciais

Essa é uma vitória importante para a sanidade animal e para a credibilidade do agronegócio nacional, além de trazer alívio para toda a cadeia econômica e social que depende da agropecuária. Mesmo com os desafios de infraestrutura, recursos limitados e um cenário

político complexo, mostramos organização, rapidez na resposta e, sobretudo, transparência na gestão sanitária.

O resultado é fruto de um trabalho eficiente, coordenado pelo Ministério da Agricultura, por meio do Serviço Veterinário Oficial, em conjunto com agroindústrias e o setor privado, como a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

É verdade que o vírus continuará circulando na fauna silvestre, e novos focos podem surgir em granjas comerciais. No entanto, o episódio mostrou que o país está preparado para gerenciar os riscos sanitários de maneira eficaz, protegendo sua produção e os mercados internacionais.

Essa conquista não impacta somente o setor do agronegócio. No Rio Grande do Sul, onde a agropecuária responde por mais de 30% da atividade econômica de 337 municípios – e mais de 50% em 175 deles -, proteger cadeias como avicultura, suinocultura e bovinocultura é proteger empregos, renda e desenvolvimento social.

Os dados oficiais mostram que a maior parte da riqueza gerada pelo agronegócio gaúcho está no segmento depois da porteira. A degradação do setor impactaria o Estado como um todo, inclusive os centros urbanos, que historicamente têm dificuldades em compreender o impacto socioeconômico do setor na sua vida.

O exemplo da influenza aviária reafirma que sanidade animal precisa ser tratada como política de Estado. É um ativo estratégico, essencial para a segurança alimentar, para o comércio internacional e para o futuro do agronegócio brasileiro.

> Diretor da Escola do Agronegócio da Atitus Educação